

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, A Administração do Pier Mauá S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração do Pier Mauá S/A expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à

Companhia, possibilitando assim o sucesso do Pier Mauá no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação e em especial as Autoridades portuárias. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023

A Administração

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis)						
Balancos patrimoniais (Em MR\$)		Demonstrações do resultado (Em MR\$)			Demonstrações dos fluxos de caixa (Em MR\$)	
	Nota	2022	2021	2021	2022	2021
Ativo						
Circulante		33.864	11.887		33.802	(3.173)
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.408	9.147			
Contas a receber de clientes	4	13.377	2.608			
Outros créditos	-	36	83			
Despesas antecipadas	-	43	49			
Não circulante		64.767	50.642			
Depósitos judiciais	5	465	576			
Impostos diferidos	18.2	-	743			
		465	1.319			
Imobilizado	6	14.378	341			
Intangível	7	49.924	48.982			
		64.302	49.323			
Total do ativo		98.631	62.529			
Passivo e patrimônio líquido		98.631	62.529			
Circulante		21.741	6.392			
Fornecedores	8	713	179			
Obrigações trabalhistas	9	453	270			
Obrigações tributárias	9	5.489	1.020			
Dividendos a pagar	12.3	9.115	1.627			
Outras contas a pagar	-	259	461			
Compromisso com poder concedente	10	5.712	2.835			
Não circulante		19.709	21.419			
Provisão para demandas judiciais e administrativas	11	2.159	2.228			
Compromisso com poder concedente	10	17.550	19.191			
Patrimônio líquido		57.181	34.718			
Capital social	12.1	20.000	20.000			
Reserva legal e de lucros	12.4	37.181	14.718			
Total do passivo e patrimônio líquido		98.631	62.529			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
(Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Pier Mauá S/A ("Companhia") foi constituída em 13/10/1997, com o propósito específico de exploração mediante contrato de arrendamento de instalação portuária, com utilização de área sob a Administração da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro ("CDRJ") que compreende a construção, implementação, administração, operação e exploração de um complexo comercial, financeiro, de lazer, de turismo, de cultura, de transporte, de operações portuárias localizados dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, objeto do contrato de arrendamento C-DEP JUR nº 100/97 entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Pier Mauá S/A. A Companhia está sediada na Avenida Rodrigues Alves, nº 10, Estação Marítima de Passageiros (Esmapa), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em 02/10/2006, foi assinado com a CDRJ o quarto termo aditivo sob número C-SUP nº 084/2006, tendo como objeto a repectuação do Contrato C- DEP JUR nº 100/97 e seus Termos Aditivos nºs 101/97, 019/98 e 023/99, atendendo às condições estabelecidas pelo parecer CGAS/CONJUR/MT nº 229/2006, no exame do Processo nº 50000.022726/2006-75, o qual determina a recomposição do contrato em condições originais, permitindo à arrendatária utilizar os Armazéns 1 a 4 e o Armazém externo 1, e devolver a área do Pier Mauá, por estar fora do Porto Organizado por força do Decreto nº 4.554/2002. Em 17/01/2011, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, referente ao Termo de Cessão e Uso, DAC-SUP/JUR no 002/2011. Processo nº 14.938/2010 para a utilização dos Armazéns nº 5, 6, Anexo 5/6 e a parte da Praça dos Armazéns 6 e 7 de propriedade da CDRJ, localizados na Av. Rodrigues Alves, com área total de 11.350,00 m². Em 04/10/2018, foi assinado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e com intervenção da CDRJ e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Quinto Termo Aditivo do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 100/97, a prorrogação antecipada do contrato de arrendamento, considerando o artigo 57 da Lei nº 12.815/2013, e Portaria SEP/PR nº 349/2014, firmados sob a Lei nº 8.630/1993. Constituinte objeto do Quinto Termo Aditivo a prorrogação antecipada e o adensamento das áreas denominadas Armazéns 5, "anexo 5/6" e respectivo cais frontal e segundo piso do "antigo prédio Banerji" referentes ao Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 100/97, de 06/11/1997, o qual juntamente com seus termos aditivos, rege o arrendamento com projeção de área de 71.349,46 m², condicionado a realização dos investimentos novos pela Companhia, necessários a readequação e modernização das estruturas físicas do Terminal, com vistas à prestação de serviços de movimentação de passageiros, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13, preservadas as respectivas competências da ANTAQ e da CDRJ. No âmbito do 5º Termo Aditivo, celebrado em 04/10/2018, C-DEPJUR nº 100/97 que originalmente estava previsto para encerrar em 31/05/2024, foi prorrogado até 31/05/2049, e com a realização de novos investimentos, de acordo com os prazos previstos no cronograma do EVTEA e contados a partir da aprovação do Projeto Executivo pela ANTAQ e autorização para início das obras pela CDRJ. De acordo com o projeto, a operação de passageiros seria realizada nos armazéns 4, 5 e 5/6, ao passo que os armazéns 1 a 3 ficariam designados a atividades de gastronomia, cultura e lazer. O cronograma físico-financeiro de execução dos investimentos integrante do Projeto Executivo com data base em maio de 2019 e indica o total de investimentos no valor de R\$ 79.084.273,61, ajustado ao compromisso firmado no 5º Aditivo contratual (valor mínimo de investimento de R\$ 68.933.524,38 na data base de dezembro/2016 e de R\$ 126.711.985,17 milhões atualizado para setembro 2022) corrigidos de acordo com a variação do IGP-M (FGV). **1.1. Impactos da COVID-19:** Face aos impactos ocasionados pela pandemia ao longo dos anos 2020 e 2021, a Pier Mauá formalizou junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a solicitação de suspensão das obrigações e reequilíbrio econômico do contrato de arrendamento. No tocante aos investimentos previstos no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, foi apresentado um novo cronograma para realização dos investimentos, e em decorrência do pleito realizado, o Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão emitiu a Nota Técnica Nº 13/2021/CGPD/DGCO/SNPTA, com parecer favorável à Pier Mauá. A pandemia de COVID-19 teve grande reflexo sobre o segmento de viagens, turismo, eventos, e principalmente nas atividades de embarques e desembarques de passageiros da Estação Marítima de passageiros ESMAPA, com paralisação de 100% das operações e com grande reflexo nas receitas da Companhia. E foram adotadas as medidas destacadas abaixo visando a continuidade das operações e preservação do seu caixa: • Plano de redução de custos e despesas; • Renegociação de contratos de fornecedores; • Diálogo junto ao Poder Concedente sobre as obrigações contratuais. Em síntese, os pleitos foram: **a)** Prorrogação da realização de investimentos previstos em cronograma vigente; **b)** Suspensão do pagamento de obrigações pecuniárias previstas em contrato; **c)** Suspensão da aplicação e exigibilidade da Cláusula que trata da Movimentação Mínima Contratual (MMC) de passageiros; **d)** Afastamento de quaisquer multas e penalidades previstas no contrato e/ou normas de regulação; **e)** Autorização para iniciar conjuntamente com a Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e após a consolidação dos impactos econômicos gerados pela pandemia, os respectivos estudos, de acordo com as normas de regulação e demais diretrizes da ANTAQ, objetivando avaliar o real desequilíbrio da real equação econômico-financeira do Contrato, no curto, médio e longo prazos. No dia 11/02/2021, a SNPTA emitiu a nota técnica nº 13/2021 informando que a matéria foi objeto de análise pela área técnica que concordou com os pleitos da Companhia. **1.2. Retomada das Atividades:** Em 08/03/2022, a SNPTA, com base na publicação da Portaria GMM/MS nº 413 no Diário Oficial da União em 25/02/2022 (SEI 5304430), pela qual o Ministro da Saúde autorizou a operação de navios de cruzeiro a partir de 07/03/2022, observadas as medidas sanitárias consignadas no aludido documento, e emitiu parecer, através do Ofício nº 82, com o retorno das atividades de operações dos segmentos de viagens, turismo, eventos e principalmente nas atividades de embarques e desembarques de passageiros da Estação Marítima de passageiros - ESMAPA, possibilitando assim, o adimplemento das obrigações contratuais e, contudo, do fluxo de receitas ocorridas a partir de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: **2.1. Base de apresentação:** **2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis para o ano findo em 31/12/2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 05/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1.3. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis,

devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.1.5. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** **a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos entre outros insumos relacionados às operações portuárias estão demonstradas separadamente das despesas operacionais e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos vencidos e a vencer conforme orientação constante da IFRS 15, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a CDRJ, dos dois o menor. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como ativo imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como infraestrutura da concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e) Intangível:** A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura é o CPC 04 - Ativo Intangível. **f) Direito de exploração (outorga) e infraestrutura:** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um direito de exploração da área arrendada pela CDRJ. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, pois, o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. **g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31/12/2022, não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **h) Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de um ano (12 meses), descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(h.1) Outorga - Contribuição fixa:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 37.182 mil, dividido em 32 parcelas anuais fixas e consecutivas, com a data-base de dezembro de 2016 corrigidas pelo IGP-M e serão depositadas anualmente na conta corrente indicada pela Autoridade Portuária até o quinto dia útil do mês de maio do ano subsequente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de desconto de 10,00% aa. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **(h.2) Outorga - Contribuição variável:** O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. A título de recuperação de investimentos da CDRJ em infraestrutura. O percentual aplicado é de 20% do preço máximo autorizado pela atividade de embarque, desembarque e trânsito de passageiros de navios de cruzeiros e de embarcações de turismo náutico, de lazer e recreio, na Esmapa. O pagamento desta contribuição ocorre até o quinto dia útil do mês subsequente a emissão da nota fiscal apresentada pela CDRJ. E, 3,5% do lucro líquido ou 1,03% da receita bruta auferida, a título de remuneração variável, prevalecendo o maior entre os dois, o pagamento desta contribuição ocorre até o quinto dia útil do mês de maio do ano subsequente, e após a entrega das Demonstrações Contábeis auditadas até o dia 30 de abril de cada ano. **i) Tributação - Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquotas de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) alíquota 0,65% lucro presumido, e de 1,65% Lucro Real; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) alíquota 3,00% lucro presumido e de 7,60% Lucro Real. **Impostos sobre o lucro:** Para o exercício de 2022 e de 2021 o regime de tributação adotado pela companhia foi o lucro real estimativa, aplicando as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação

	Notas	2022	2021
(=) Receita operacional líquida	13	48.008	10.970
(-) Custo de prestação de serviços	14	(18.848)	(9.095)
		29.160	1.875
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	15	(6.939)	(5.268)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	10.788	-
(=) Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		33.009	(3.393)
Despesas financeiras	17	(1.657)	(1.573)
Receitas financeiras	17	2.450	1.793
		793	220
(=) Resultado antes das provisões tributárias		33.802	(3.173)
(-) Provisão para IR e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	18.1	(3.107)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	(743)	743
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		29.952	(2.430)

Demonstrações do resultado abrangente (Em MR\$)			
	2022	2021	
Resultado do exercício	29.952	(2.430)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	29.952	(2.430)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em MR\$)				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31/12/2020 (reapresentado)	20.000	4.000	13.148	37.148
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.430)	(2.430)
Saldos em 31/12/2021 (reapresentado)	20.000	4.000	10.718	34.718
Lucro líquido do exercício	-	-	29.952	29.952
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(7.489)	(7.489)
Saldos em 31/12/2022	20.000	4.000	33.181	57.181

	2022	2021
Resultado líquido antes das provisões tributárias	33.802	(3.173)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.381	2.349
Provisão para demandas administrativas e judiciais	(69)	806
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(27)	(98)
Ajuste valor presente	1.073	1.065
Acréscimo/(decréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(10.742)	(2.143)
Impostos a recuperar	46	(79)
Outros créditos	1	(2)
Despesas exercício seguinte	4	-
Depósitos judiciais	111	(3)
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Fornecedores	534	77
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.652	188
Outras contas a pagar	(202)	430
Compromisso com poder concedente	1.236	118
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.107)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	29.693	(465)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(18.433)	(1.979)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.433)	(1.979)
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.261	(2.444)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.147	11.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.408	9.147
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.261	(2.444)

fiscal vigente. **j) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **k) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. **Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros - mensuração:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. • Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. **Passivos financeiros - mensuração:** Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas

inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06** - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:** a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 01/01/2023. No entanto, em função dos impactos das COVID-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 01/01/2024. **b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente a Sociedade está avaliando os impactos dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **2.3. Reapresentação das informações comparativas:** A Administração efetuou a renormatização do compromisso com o poder concedente para refletir a atualização monetária do IGP-M sobre este passivo definidos em contrato em contrapartida ao custo do direito de uso registrado no ativo. De acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as informações comparativas estão sendo reapresentadas para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados e a uniformidade das práticas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Os efeitos desta renormatização foram registrados nas contas patrimoniais de ativo e passivo e não havendo reflexos no patrimônio líquido e resultado do exercício.

	2021	Ajuste	Reapresentado	2021
Ativo				
Circulante	11.887	-	11.887	
Outros ativos não circulantes	1.660	-	1.660	
Intangível	39.117	9.865	48.982	
Total ajuste no Ativo	52.664	9.865	62.529	
				2021
Passivo				
Circulante	5.570	822	6.392	
Compromisso com poder concedente	2.013	822	2.835	
Outros passivos circulantes	3.557	-	3.557	
Não circulante	12.376	9.044	21.419	
Compromisso com poder concedente	10.148	9.044	19.191	
Outros passivos não circulantes	2.228	-	2.228	
Patrimônio líquido	34.718	-	34.718	
				2022
Total ajuste no Passivo	52.664	9.865	62.529	
3. Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021	
Caixas		4	2	
Bancos conta movimento		5	47	
Aplicações financeiras		20.399	9.116	
		20.408	9.147	

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

	2022	2021
4. Contas a receber		
Clientes	13.417	2.675
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(40)	(67)
Total contas a receber	13.377	2.608
A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:		
	2022	2021
A vencer até 30 dias	12.707	2.608
Vencidos de 1 a 120 dias	670	-
Vencidos a mais de 120 dias	40	67
	13.417	2.675

	2022	2021
5. Depósitos judiciais		
PIS exigibilidade suspensa	45	38
COFINS exigibilidade suspensa	209	175
Fundaf exigibilidade suspensa	64	64
Bloqueios judiciais processos trabalhistas	147	153
Outros	-	146
	465	576

	Vida útil (em anos)	Saldo em 2022	Saldo em 2021
6. Imobilizado			
Móveis e utensílios	10	1.677	1.611
Computadores e periféricos	5	1.152	1.037
Veículos	5	88	88
Imobilizado em Andamento	-	13.988	-
Total imobilizado		16.905	2.736
Depreciação acumulada		(2.527)	(2.395)
Ativo imobilizado líquido		14.378	341
Taxa de depreciação: A Companhia efetuou a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de depreciação utilizadas atualmente.			

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Saldo em 2022
6.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado				
Móveis e utensílios	1.611	65	-	1.676
Computadores e periféricos	1.037	116	-	1.153
Veículos	88	-	-	88
Imobilizado em andamento	-	13.988	-	13.988
Total	2.736	14.169	-	16.905
				Saldo em 2020
Móveis e utensílios	1.598	13	-	1.611
Computadores e periféricos	1.021	16	-	1.037
Veículos	88	-	-	88
Total	2.707	29	-	2.736

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Saldo em 2022
6.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado				
Móveis e utensílios	(1.474)	(37)	-	(1.511)
Computadores e periféricos	(840)	(88)	-	(928)
Veículos	(81)	(7)	-	(88)
Total	(2.395)	(132)	-	(2.527)
				Saldo em 2020
Móveis e utensílios	(1.416)	(58)	-	(1.474)
Computadores e periféricos	(756)	(84)	-	(840)
Veículos	(63)	(18)	-	(81)
Total	(2.235)	(160)	-	(2.395)

	Período de amortização	Saldo em 2022	Saldo em 2021
7. Intangível			
Software e sistemas	5 anos	227	227
Licença de uso	5 anos	153	130
Outorga de concessão	30,6 anos	27.425	25.614
Bens de concessão em uso	30,6 anos	49.717	49.658
Escritório 2º andar prédio Banerj	30,6 anos	1.066	1.066
		78.588	76.695

	2022	2021
Obras e projetos em execução:		
Armazém 5 (1)	3.466	2.910
Praças	3.673	3.355
Externo - I	1.299	-
	8.438	6.265
Subtotal custo do ativo intangível	87.026	82.960
Amortização acumulada	(37.102)	(33.978)
Intangível líquido	49.924	48.982

	2021 re- presentado	Adições	Baixas	2022
Custo - 2022				
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	130	23	-	153
Outorga de concessão	25.614	1.811	-	27.425
Bens de concessão em uso	49.658	59	-	49.717
Escritório 2º andar prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
	76.695	1.893	-	78.588

	2020	Adições	Baixas	2021
Obras e projetos em execução:				
Armazém 5 (1)	2.910	556	-	3.466
Praças	3.355	318	-	3.673
Externo - I	-	1.299	-	1.299
	82.960	4.066	-	87.026
Custo - 2021				
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	116	14	-	130
Outorga de concessão	22.506	3.108	-	25.614
Bens de concessão em uso	49.650	8	-	49.658
Escritório 2º andar prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
	73.565	3.130	-	76.695

	2021	2022
Obras e projetos em execução:		
Armazém 5	2.910	-
Praças	3.355	-
	79.830	3.130
		82.960

(1) No Início do ano 2022 a Companhia protocolou os Ofícios 008/2022 e 016/2022 solicitando junto ao poder concedente que fossem mantidos a suspensão dos investimentos previstos no contrato de concessão até o início da próxima temporada 2022/2023, considerando a forte influência da pandemia da COVID-19 afetando a operação de navios e de eventos, incluindo uma nova suspensão dos cruzeiros em 03/01/2022 até 07 de março de 2022, assim fazendo-se necessária uma revisão dos pleitos apresentado à ANTAQ em julho de 2021. O pleito foi atendido através do Ofício 033/3033, onde a ANTAQ concedeu o prazo de 180 dias para apresentação do modelo de adequação do fluxo de caixa.

	2021	Adições	Baixas	2022
7.2. Movimentação da amortização do ativo intangível				
Amortização - 2021				
Software e sistemas	(206)	(16)	-	(222)
Licença de uso	(58)	(27)	-	(85)
Outorga de concessão	(4.628)	(2.222)	-	(6.850)
Bens de concessão em uso	(28.694)	(834)	-	(29.528)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(392)	(25)	-	(417)
	(33.978)	(3.124)	-	(37.102)

	2020	Adições	Baixas	2021
Amortização - 2020				
Software e sistemas	(189)	(17)	-	(206)
Licença de uso	(35)	(23)	-	(58)
Outorga de concessão	(2.804)	(1.824)	-	(4.628)
Bens de concessão em uso	(27.869)	(825)	-	(28.694)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(367)	(25)	-	(392)
	(31.164)	(2.714)	-	(33.978)

	2022	2021
8. Fornecedores		
Fornecedores nacionais (1)	713	179
Total fornecedores	713	179
(1) Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.		
9. Obrigações tributárias e trabalhistas		
Provisão para férias e encargos	338	170
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	74	77
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	41	23
Total obrigações trabalhistas	453	270

	2022	2021
Impostos Sobre Serviço (ISS)		
Contribuição para Financiamento da Seguridade social (COFINS)	846	407
Programa de Integração Social (PIS)	183	85
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	79	58
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.227	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	823	-
Parcelamento - IPTU	-	158
Outros	19	17
Total obrigações tributárias	5.489	1.020
Circulante	5.489	1.020
Não circulante	-	-
Total obrigações trabalhistas e tributárias	5.489	1.020

10. Compromisso com o poder concedente: As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do exercício findo em 31/12/2022. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IGPM compreendido no período:

	2022	2021 re- representado
Contribuição fixa - Outorga	54.067	56.382
Contribuição variável - Outorga	3.660	794
Ajuste valor presente - AVP	(34.465)	(35.150)
	23.262	22.026

	2022	2021
11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir. Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão. As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.		
Trabalhistas	-	352
Cíveis	11	9
Tributária	866	866
Administrativo	1.282	1.001
	2.159	2.228
	(465)	(576)
	1.694	1.652

Adicionalmente, existem processos de demandas judiciais tributárias e administrativas no montante total R\$ 2.479 (R\$ 3.133 em 31/12/2021), cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia, e para os quais não foi constituída provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Administrativas	(-) Depósitos Judiciais	Valor total
Saldos em 2021	352	9	866	1.001	(576)	1.652
Adições	-	2	-	281	(42)	241
(reversões)	(352)	-	-	-	153	(199)
Saldo em 2022	-	11	866	1.282	(465)	1.694

12. Patrimônio líquido: 12.1. **Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, e está representado por 6.666 ações ordinárias nominativas e 13.334 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	%
Acionista				
I.H. Concessões Ltda.	3.399.660	6.600.338	9.999.998	50,00
Aba Infraestrutura e Logística S/A	3.266.340	6.733.658	9.999.998	50,00
Armanda Correa Gayoso Neves Cerqueira	-	1	1	-
Marcelo Gayoso Pedreira de Cerqueira	-	1	1	-
Luis Antonio Floriano	-	1	1	-
Francisco Cassiani Filho	-	1	1	-
Total de Ações	6.666.000	13.334.000	20.000.000	100,00

Em 31/01/2022, conforme AGE - Ata da Assembleia Geral Extraordinária, registrada na JUCERJA em 09/02/2022, da transferência da totalidade da participação acionária pertencentes à acionista INFRASUL - Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., mediante a transferência de 3.399.660 ações ordinárias e de 6.600.338 ações preferenciais de emissão desta companhia, para a acionista ingressante I.H. Concessões Ltda, que se deu através da cisão parcial da sociedade retirante, com versão da parcela patrimonial cindida, conforme atos societários registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, retirando-se da sociedade a acionista INFRASUL - Infraestrutura E Empreendimentos Ltda. cuja composição acionária e a posse das ações retro mencionadas, passa a ser da acionista I. H. Concessões Ltda. Esta transferência acionária foi previamente aprovada pela ANTAQ por meio do Ofício nº 141/2021/SRG/ANTAQ de 01/09/2021. **12.2. Reservas estatutárias:** Reserva legal - 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, como segue:

	Reserva legal
<	

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2022	2021
Ativo circulante + não circulante	97.875	62.529
Passivo circulante + não circulante	(40.694)	(25.686)
Endividamento líquido	57.181	36.844

20. Cobertura de seguros: A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura - R\$ mil
Compreensivo empresarial	Empresarial (incluindo eventos climáticos)	64.300
Seguro Responsabilidade Cível	Geral dos Armazéns	13.336
Seguro empresarial	Lucros cessantes + Despesas Fixas	3.000

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores indepen-

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Pier Mauá S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Pier Mauá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pier Mauá S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 05 de abril de 2023.

liminar que lhe assegure a fruição do direito à apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL, da COFINS e da contribuição ao Programa de Integração Social-PIS, à alíquota ZERO, relativamente à sua receita proveniente da operação do Terminal Marítimo de Passageiros do Rio de Janeiro, pelo período de 60 (sessenta) meses, com base na Lei nº 14.148/2021 (Lei do Perse). **21.2. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos acerca das recentes decisões do STF, que em 08/02/2023, julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2022.

Luiz Antonio Valle Pedreira de Cerqueira - Diretor Presidente.
Denise Luciene de Souza Lima - Diretora Técnica.
Américo Relvas da Rocha - Diretor Financeiro e Diretor de Operações.
Ivan Santo R. Peppe - Contador - CRC-1SP110836/0-7-S-RJ.

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 05 de abril de 2023.